



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no
Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
da Capital
Assessoria em Serviço Social

RELATÓRIO FINAL

PROJETO “HOMENS QUE AGRADAM NÃO AGRIDEM”



Por: Renata de Paula Teixeira

Analista Assistente Social

Fevereiro de 2019

Cuiabá, Mato Grosso



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no
Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
da Capital
Assessoria em Serviço Social

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Mauro Benedito Pouso Curvo

COORDENADORAS DO PROJETO

Lindinalva Correia Rodrigues

Promotora de Justiça do Núcleo das Promotorias de Justiça no Enfrentamento à Violência
Doméstica e Familiar contra a Mulher
Elaboradora do Projeto

Sasenary Rocha Soares Daufenbach

Promotora de Justiça do Núcleo das Promotorias de Justiça no Enfrentamento à Violência
Doméstica e Familiar contra a Mulher

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Christina Guimarães Mendonça

Fernanda Denadai Neves Bueno

Psicólogas da Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social - SETAS

Renata de Paula Teixeira

Analista/ Assistente Social do Núcleo das Promotorias de Justiça no Enfrentamento à Violência
Doméstica e Familiar contra a Mulher

Abrão Antônio de Oliveira Cavalcante

Heckyelly Mendes Pereira Rocha

Maria Aparecida Rodrigues

Pamela Maite Fernandes Ribeiro

Assessores/as Jurídicos/as do Núcleo das Promotorias de Justiça no Enfrentamento à Violência
Doméstica e Familiar contra a Mulher (Assistentes Ministeriais e Oficial de Gabinete)

VIGÊNCIA DO PROJETO

28/11/2016 a 14/12/2018



ÍNDICE

1- INTRODUÇÃO	4
2- METODOLOGIA UTILIZADA	6
3- ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS OBTIDOS	9
4- DIFICULDADES ENCONTRADAS	15
5- CONSIDERAÇÕES	17
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
7- ANEXOS	20



1- INTRODUÇÃO

O presente relatório tem a finalidade de descrever as ações do Projeto “Homens que agradam não agriem” ao longo dos 02 (dois) anos, isto é, de novembro de 2016 a dezembro de 2018.

O projeto foi desenvolvido pelo Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público do Estado de Mato Grosso em parceria com o Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas Estadual, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 18/2016. Desta forma, todos os órgãos parceiros deram suas contrapartidas na efetivação do projeto, ficando a cargo do Ministério Público coordenar a sua execução. Inicialmente, o projeto foi dirigido pela Coordenadora do Núcleo, à época, Dra. Lindinalva Rodrigues e na sua fase de finalização ficou sob a coordenação da Dra. Sasenazy Daufenbach.

O Projeto “Homens que agradam não agriem” teve o objetivo de prestar aos homens, de forma preventiva e educativa, informações e orientações sobre gênero, violência contra a mulher e Lei Maria da Penha, por meio de palestras, debates e rodas de conversa, no intuito de conscientizar sobre a importância da participação dos homens no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. As ações eram direcionadas para as escolas, universidades, órgãos públicos, hospitais, indústrias, canteiros de obras e dentre outros ambientes situados no município de Cuiabá.

Para tanto a equipe do projeto foi composta pela assistente social e duas assessoras jurídicas do Núcleo das Promotorias de Justiça e duas psicólogas, cedidas da Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social – SETAS.

O Projeto “Homens que agradam não agriem” ao configurar em um projeto, que consiste em uma ação temporária com início, meio e fim, teve o seu período de vigência encerrado. Assim, requer-se a realização de uma análise acerca do seu desenvolvimento, bem como a socialização das suas atividades, dando o retorno à sociedade frente aos investimentos empreendidos.



Nesta direção, este relatório final busca, tendo como norte o objetivo do projeto, tecer reflexões sobre a metodologia utilizada, as atividades realizadas e os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e, por fim, realizar algumas considerações, por meio de um movimento endógeno, no que se refere a execução e efetividade do projeto, bem como de um movimento exógeno articulando-o com as diversas ações atinentes ao enfrentamento da violência contra a mulher.



2- METODOLOGIA UTILIZADA

Para a realização do projeto “Homens que agradam não agriDEM” e, por conseguinte, o alcance de seu objetivo foram desenvolvidas três fases para sua operacionalização, quais sejam: pré-atividade educativa, atividade educativa e pós-atividade educativa. A estruturação e denominação destas fases tem a finalidade de facilitar a exposição e a compreensão do processo de desenvolvimento do projeto. Ademais, estas fases se relacionam e ocorrem de forma simultânea durante todo o período de vigência do projeto.

A **fase pré-atividade educativa** tratou-se da divulgação e apresentação do projeto para a sociedade e possíveis locais que poderiam vir a firmar a parceria. Desta forma, o projeto foi iniciado com o seu lançamento em novembro de 2016, tendo a presença dos/as representantes dos órgãos parceiros e da sociedade em geral.

Apesar da divulgação do lançamento do projeto nas mídias locais, foi necessária a intensificação desta, pois não havia uma demanda prévia pela atividade educativa, devendo esta ser construída. Sendo assim, realizou-se, primeiramente, uma lista de contato com locais que se vislumbrava desenvolver a atividade. A partir desta listagem a equipe de assistente social e psicólogas realizava o contato telefônico com a instituição/órgão/empresa, por intermédio do setor de recursos humanos, sendo apresentado o projeto e verificado se o local tinha interesse em desenvolvê-lo, sem qualquer ônus. Em seguida, enviava-se um e-mail com uma carta de apresentação do projeto contendo algumas informações gerais como: objetivo, público-alvo, metodologia, infraestrutura necessária, sugestão de data, horário e contatos. A partir destas duas iniciativas aguardava-se o retorno do local para organizar o cronograma e desenvolver a atividade.

Ressalta-se que esta fase, apesar de ser mais burocráticas, foi imprescindível para o desenvolvimento do projeto, pois consistiu no processo de articulação com os diversos locais, dada a necessidade de firmar parceria com estes para realizar a ação educativa proposta. Além disso, salienta-se que ocorreu de locais demandarem a realização de reunião da equipe técnica com a instituição para apresentar o projeto, sendo feito o contato pessoalmente.



Para além desta articulação inicial, a fase da pré-atividade educativa envolve o planejamento da ação, que foi realizado pela equipe técnica de assistente social e psicóloga, por meio da estruturação do conteúdo; definição da metodologia utilizada; organização do material didático para entrega, como cartilhas e adesivos; confecção de lista de presença; e providenciamento da logística necessária (deslocamento, equipamento audiovisual etc).

A **fase da atividade educativa** refere-se a execução em si do projeto, isto é, trata-se da realização da ação educativa e preventiva em diversos ambientes. Esta fase foi realizada pela equipe técnica de assistente social e psicóloga, com o suporte da assessoria jurídica do Núcleo das Promotorias de Justiça. Ao contrário da fase anterior, nesta a assessoria jurídica participou trazendo os esclarecimentos e orientações sobre o aspecto legal da violência contra a mulher, fazendo o registro fotográfico e colhendo o depoimento de participantes.

A ação educativa foi desenvolvida por meio de roda de conversa, quando o número de participantes era reduzido, sendo adotada uma metodologia mais dialogada e participativa; e através de palestra, quando havia um número maior de participantes, sendo feita a exposição e, em seguida, aberto espaço para dúvidas e questionamentos. Assim, utilizava-se de metodologias ativas, com uso dos seguintes recursos: vídeos, fichas com frases históricas e do senso comum, cartaz ilustrativo e outros. Esta fase em sua maioria foi desenvolvida pela equipe técnica, no entanto, em alguns momentos, também foi realizada pelas Promotoras de Justiça do Núcleo, ficando a equipe como apoio.

A terceira fase, **pós-atividade educativa**, tratava-se dos registros das atividades. Ou seja, a produção de matéria e registro fotográfico para divulgação no site da Promotora coordenadora e idealizadora do projeto, que ficava a cargo da assessoria jurídica e a confecção de relatório de cada atividade, sendo de responsabilidade da equipe de assistente social e psicólogas.

Na matéria abordava-se a atividade desenvolvida, com a ilustração de algumas fotos e apresentava-se depoimentos de participantes sobre o projeto. Sobressai-se que a matéria e as fotos das atividades além de constituírem num instrumento de registro também era um mecanismo de



socialização das ações do projeto junto à sociedade e à própria instituição parceira, bem como de divulgação no intuito de estabelecer parceria com outros locais.

Já o relatório da equipe consistia no registro da atividade, contendo o local de realização; objetivo do projeto; público-alvo; número de participantes e seu quantitativo por sexo; metodologia utilizada, detalhando o conteúdo abordado e a duração da atividade; a data e o material utilizado. Este registro é importante, pois através dele tem-se todas as informações sobre o desenvolvimento da atividade.

Cabe evidenciar que periodicamente os relatórios e as matérias produzidas eram encaminhadas para a coordenadora do projeto, configurando ainda em um instrumento de monitoramento e acompanhamento das atividades.

Além do mais, nesta fase era organizada a lista de presença no livro de ata e feito o registro quantitativo das ações com o número de atividades realizadas, o total de participantes, o número de participantes por sexo, bem como o total de palestras e rodas de conversa.



3- ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS OBTIDOS

Este tópico tem o objetivo de descrever as ações do projeto “Homens que agradam não agridem” e destacar os resultados obtidos no período de sua execução.

As atividades do projeto foram iniciadas com reuniões entre a equipe de psicólogas e assistente social e desta com a coordenação do projeto, no fito de planejar e alinhar as ações. Ainda foi necessária a realização de trocas de conhecimentos entre a equipe de assistente social e psicólogas, visto que estas últimas não possuíam experiência na área da violência contra a mulher. Deste modo, foram realizadas leituras coletivas e discussões a partir de materiais teóricos e legais sobre gênero, violência de gênero, políticas públicas para as mulheres e outros. Após esta breve troca partiu-se para a leitura da cartilha do projeto e para a construção do conteúdo básico a ser trabalhado nas ações educativas.

Neste processo, definiu-se como conteúdo geral das atividades a discussão sobre gênero; violência contra a mulher; violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei Maria da Penha; tipos de violência; ciclo da violência; permanência da mulher na relação; rede de serviços; atendimento à mulher e dentre outros. Este conteúdo tratava-se de temas centrais a serem abordados, entretanto, conforme o público-alvo e o local da atividade, buscava-se inserir questões mais específicas e relacionadas aos sujeitos da atividade, como também direcionar para determinados subtemas. Desta forma, o conteúdo estava em permanente construção, sendo percebido com o tempo que este foi aperfeiçoado e melhorado dada a experiência da equipe ao desenvolver as ações.

Nos dois anos de execução do projeto destaca-se a abrangência das atividades desenvolvidas, ao atingir 5.872 (cinco mil oitocentos e setenta e duas) pessoas, havendo um certo equilíbrio quanto ao público, ao englobar 50,8% do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino. Salienta-se que o projeto tinha como sujeito prioritário os homens, o que foi garantido. Todavia, cabe evidenciar que Cuiabá tem uma população composta em sua maioria por mulheres, conforme



censo do IBGE de 2010. Desta forma, o projeto também contemplou as mulheres. Estes dados podem ser observados conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Execução do Projeto período de dezembro de 2016 a dezembro de 2018

Quantitativo de atividades realizadas	Quantitativo de pessoas atingidas	Quantitativo de homens atingidos	Quantitativo de mulheres atingidas
111	5872	2984	2888

Fonte: Dados do Projeto “Homens que agradam não agridem”.

Constata-se que foram realizadas 111 (cento e onze) atividades, as quais contaram majoritariamente com a presença de toda a equipe, ou seja, com assistente social, psicóloga e assessoria jurídica. Estas ocorreram em sua maioria (55,85%) por meio de palestra e as demais (44,15%) através de roda de conversa. Reforça-se como já mencionado que a definição da metodologia utilizada foi definida conforme o número de participantes e o tempo disponibilizado para a atividade.

As ações educativas contaram com um quantitativo variado de participantes, sendo desenvolvidas com no mínimo 05 (cinco) indivíduos e com o máximo de 391 (trezentos e noventa e uma) pessoas. Em média as ações tiveram aproximadamente 52 (cinquenta e dois) participantes.

As atividades aconteceram no município de Cuiabá, contudo, tiveram algumas ações pontuais no município de Várzea Grande, haja vista a solicitação de alguns locais. Assim, foram contempladas 76 (setenta e seis) instituições, que concentravam nas seguintes áreas: indústria e empresa, supermercado, universidade, hotel, transportadora, unidades de ensino público e privado, instituições militares, comércio, sindicato e associações, unidades de saúde pública e privada, secretarias municipais e estaduais, câmara de vereadores, serviços públicos socioassistenciais, construtoras civis/ canteiro de obra e outras. Desta maneira, evidencia-se a capilaridade do projeto ao abranger diversos segmentos e setores da sociedade.



Das atividades desenvolvidas salienta-se que a maioria (54,05%) foi realizada de forma subsequente no local e 45,05% foi desenvolvida uma única vez na instituição/órgão/empresa. Deste modo, dos locais trabalhados pela equipe, tem-se que 30,26% requereram o desenvolvimento da atividade mais de uma vez, o que indica uma resposta positiva ao projeto.

Com relação à execução da atividade é possível destacar algumas observações, que reafirmam a necessidade de trabalhar de forma educativa e preventiva junto à sociedade suscitando a reflexão sobre gênero, sobretudo, junto aos homens.

Visualiza-se que nas atividades com público majoritariamente masculino e com baixo grau de escolaridade, de início teve-se uma resistência no desenvolvimento da temática, havendo questionamentos se a Lei Maria da Penha abrange os homens, comparações acerca da violência contra os homens e a violência contra as mulheres e ponderações sobre o “abuso” na utilização da lei pelas mulheres. Estas indagações demonstram como a cultura do machismo e o regime patriarcal estão enraizados na sociedade, e como é importante trabalhar os assuntos como: gênero, masculinidade e violência contra a mulher com o público masculino.

Já com os homens que possuíam o nível de escolaridade mais elevado, os elementos do machismo aparecem de forma velada, ao contrário dos homens com menor instrução. Neste caso, percebe-se a qualificação do debate e o discurso “crítico” sobre a temática, todavia, nota-se algumas falas em que o machismo aparece, mesmo que de maneira camuflada.

Dada a cultura de opressão e subjugação da mulher na sociedade, a atividade educativa precisaria envolver vários encontros com os homens, para de fato refletir de forma profunda sobre os padrões sociais. No entanto, apesar de não ter este alcance, verifica-se que com a atividade do projeto é possível suscitar reflexões iniciais sobre a temática em questão.

Ademais, ressalta-se que em algumas atividades em que ocorreu a predominância de homens, o fato de ter a presença de mulheres contribuiu para a sensibilização destes. Isto foi possível diante do depoimento de mulheres que vivenciaram a violência doméstica e familiar.



Nesta direção, observou-se que na maioria dos locais onde a atividade educativa foi desenvolvida os/as participantes relataram a vivência da violência contra a mulher, seja enquanto pessoa que sofreu a violência; membro da família que presenciou a situação dentro de casa, ou alguém que teve contato com a violência de forma indireta. Assim, verificou-se que a violência encontra no cotidiano das pessoas e a narrativa deste fenômeno foi exposta ora de forma naturalizada e ora vista com indignação e revolta.

Apesar do público prioritário do projeto ser masculino, evidencia-se que abarcou a população em geral, o que reafirma a necessidade de trabalhar a temática da violência contra a mulher com todos os públicos. Desta maneira, chama-se atenção para a diversidade dos/as participantes do projeto, ou seja, foi possível atingir pessoas de diferentes sexo, geração e nível de escolaridade. Acerca do público trabalhado pode-se realizar algumas reflexões expostas abaixo.

Na intervenção com adolescentes e jovens percebeu-se visões críticas quanto aos padrões e papéis dos homens e das mulheres construídos socialmente. Além disso, os/as participantes abordaram temáticas mais atuais e latentes como a misoginia, assédio sexual, violência relacionada à internet e dentre outras.

Por outro lado, ao desenvolver a atividade com a pessoa idosa, foi viável trazer de forma prática, a violência contra a mulher antes e depois do advento da Lei Maria da Penha. A partir de suas vivências as/os participantes expuseram sobre a condição e papel da mulher no século XX, a visão da sociedade frente a violência contra este segmento, bem como a identificação dos avanços obtidos com a lei.

Já o público que trabalha direta ou indiretamente com a violência contra a mulher, nas áreas da saúde e assistência social, demandaram da equipe técnica do projeto a ênfase nos assuntos ligados ao atendimento à mulher e a rede de serviço. Neste sentido, foram suscitadas reflexões sobre a importância do fortalecimento e articulação dos serviços que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência; as lacunas e dificuldades enfrentadas na efetivação da lei; a importância de um atendimento qualificado e dentre outras.



Outro ponto a ser ressaltado na execução do projeto, refere-se ao envolvimento e à participação dos/as presentes nas atividades, sinalizando que, apesar de haver em alguns casos uma certa resistência inicial com a temática, posteriormente, as pessoas interagiram com a equipe e se implicavam com o assunto.

Frisa-se que em vários locais as atividades do projeto compuseram as ações da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, o que possibilitou refletir sobre os impactos da violência contra a mulher no ambiente do trabalho. Além do mais, constatou-se uma maior demanda pela realização da atividade do projeto no mês de março, em que se comemora o dia internacional da mulher, sendo os locais motivados a desenvolver ações voltadas para este segmento.

Além disso, salienta-se que em alguns locais a atividade do projeto extrapolou seu escopo de atuação, na medida em que surgiram demandas individuais referentes à violência contra a mulher, seja por meio da notícia de violência ou da solicitação de orientação em casos já acompanhados pelo Sistema de Justiça. Tais situações demandaram a intervenção do Serviço Social do Núcleo, bem como em alguns casos a atuação de outros órgãos que compõem os serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência.

Durante o desenvolvimento do projeto, dado ao contato direto com a população, foi possível colher informações dos/as participantes sobre a rede de atendimento à mulher em situação de violência e a Lei Maria da Penha. Destaca-se que o projeto não teve este objetivo, mas no bojo da ação educativa surgiram algumas questões. Neste sentido, deparou-se com alguns questionamentos e observações dos/as participantes em relação à efetividade da lei, sobretudo, no que se refere às medidas protetivas; à necessidade de intervenção com os homens e de trabalhar a temática com as crianças e adolescentes; ao horário limitado de funcionamento na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher; à necessidade de qualificar e humanizar o atendimento da Polícia Militar e da Delegacia Especializada; e dentre outros. Portanto, esta ação educativa também permitiu apreender a visão da população acerca do enfrentamento da violência contra a mulher, bem como identificar ou reforçar algumas lacunas presentes na rede de atendimento à mulher em situação de violência.



A partir destes apontamentos, acentua-se a importância do projeto ao propiciar ações educativas e espaços de reflexão e discussão sobre a temática da violência contra a mulher, de gênero e dentre outras relacionadas. Estas ações constituem em um mecanismo importante de combate à desigualdade de gênero e a violência contra a mulher, rompendo mitos e preconceitos em relação à violência e promovendo a reflexão em busca de atitudes que primam pela igualdade de gênero.

Corroborando com o exposto, evidencia-se que a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres dentre os seus eixos estruturantes prevê o eixo da prevenção, que consiste no “desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modificam os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres.” (SPM, 2011, p.25). Portanto, sobressai como resultado positivo do projeto “Homens que agradam não agridem”, além dos já elencados, a contribuição junto ao eixo da prevenção, por meio das ações educativas realizadas no município de Cuiabá, nas diferentes instituições.



4- DIFICULDADES ENCONTRADAS

Ao concluir as atividades do projeto é importante analisar as dificuldades encontradas, no intuito de contribuir para futuros planejamentos de projetos desenvolvidos pelo Núcleo das Promotorias de Justiça. Portanto, serão apontadas neste item alguns entraves encontrados na execução das atividades.

Na operacionalização das atividades educativas chama-se atenção para o fato destas terem sido desenvolvidas no turno matutino e vespertino, conforme horário de expediente do Ministério Público, que à época era de 08 às 19 horas. Desta forma, ao longo do projeto surgiram demandas de realizar a ação educativa para além do horário institucional, ou seja, antes das 08 horas da manhã e depois das 19 horas.

Ao identificar este entrave buscou-se acordar um horário excepcional, haja vista a particularidade do projeto, entretanto, se deparou com o limite institucional, ao não ser autorizada a realização das atividades fora do expediente, bem como a compensação das horas diárias. Avalia-se que esta limitação da execução do projeto ao horário de expediente do Ministério Público trouxe uma restrição para o desenvolvimento das ações. Isto é verificado ao buscar a realização do projeto junto às indústrias, empresas, escolas e canteiros de obra, não sendo possível atender a contento estes locais devido à restrição do horário. Destaca-se que tais locais em sua maioria são compostos por homens, público-alvo preferencial do projeto.

Outro entrave relacionado ao anterior refere-se à dificuldade em obter parceria para efetivar o projeto em alguns espaços, o que pode estar relacionado a inexistência de demanda prévia das ações do projeto; a limitação de horário para executar as atividades; ao não interesse da instituição em firmar parceria e dentre outros.

Além disso, ressalta-se a dificuldade encontrada, em alguns momentos, em conciliar as atividades do projeto com a rotina do Núcleo das Promotorias de Justiça, no que se refere à utilização do veículo e, por conseguinte, à disponibilização do serviço do técnico administrativo.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no
Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
da Capital
Assessoria em Serviço Social

Por fim, enfatiza-se que estes empecilhos não constituíram em impedimento para o desenvolvimento do projeto, bem como não comprometeram a efetividade deste.



5- CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar o Projeto “Homens que agradam não agriem”, primeiramente, cabe notabilizar que o Núcleo das Promotorias de Justiça no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá tem a prática, ao longo da sua trajetória, de elaborar e executar projetos na área da violência contra a mulher. Este direcionamento além de ser espelho para outras Promotorias de Justiça que atuam com esta matéria, permite aproximar o Ministério Público da sociedade e contribuir para o fortalecimento das ações de promoção dos direitos das mulheres, sobretudo, o de viver sem violência.

Neste sentido, o Núcleo por meio do desenvolvimento de projetos expande suas atividades, ao extrapolar os muros da instituição e as suas atribuições na esfera funcional, isto é, sua atuação nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher. No caso específico do Projeto “Homens que agradam não agriem”, foi possível tornar a instituição Ministério Público e, por conseguinte, o Núcleo mais próximo da sociedade, bem como fomentar, nos diversos locais visitados, a relevância do diálogo sobre a temática da violência contra a mulher.

Para além de desenvolver *in loco* a atividade, abrangendo diversos locais, cabe ressaltar que a ação de encerramento do projeto foi realizada na Sede das Promotorias de Justiça da Capital e na Procuradoria-Geral de Justiça. Desta maneira, a atividade foi direcionada para os/as servidores/as, membros, estagiários/as e terceirizados/as do Ministério Público, sendo possível desenvolver o trabalho educativo no órgão de origem do projeto.

É fundamental frisar que ao desenvolver este projeto o *Parquet* teve a possibilidade de desenvolver uma atuação preventiva à violência contra a mulher. Nesta direção, a instituição contribuiu para a efetivação de um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que é a prevenção. Conforme a referida Política, a prevenção consiste nas ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas.



Nesta perspectiva, enfatiza-se a importância do trabalho preventivo à violência contra a mulher através de ações educativas, que se voltam para a compreensão e reflexão das relações de gênero construídas social e historicamente. Sobretudo no cenário brasileiro atual, marcado pela visão conservadora e reacionária, faz-se imprescindível a construção de espaços de diálogo e debate que permitam a compreensão crítica das relações de gênero.

Esta realidade reforça a necessidade de refletir acerca desta temática, no fito de desmistificar concepções construídas em torno da categoria de gênero, principalmente, com a disseminação da terminologia “ideologia de gênero”. O termo “ideologia de gênero” está relacionado ao movimento conservador que nega às discussões de gênero e assuntos correlacionados. Evidencia-se neste relatório que se considera inexistente este termo, na medida em que deveria remeter ao estudo, debate, discussão sobre gênero, não havendo centro de pesquisa em ciências humanas e sociais que reconhece tal terminologia como uma disciplina ou campo de estudo.

Por fim, é fundamental pensar o trabalho educativo como parte da política mais ampla de enfrentamento à violência contra a mulher, o que é garantido através da implementação de vários programas, projetos e serviços. Ao considerar a complexidade da violência contra a mulher em suas diversas expressões deve-se ter como norte à implementação de políticas amplas e articuladas, abrangendo diversos setores envolvidos com a questão como: saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social e outros. Deste modo, deve-se pensar as ações educativas inseridas no conjunto dos demais eixos estruturantes da política nacional, quais sejam: assistência, que consiste no fortalecimento da rede de atendimento e capacitação de agentes públicos; enfrentamento e combate, que engloba ações punitivas e o cumprimento da Lei Maria da Penha; acesso e garantia de direitos, que se refere ao cumprimento da legislação nacional, internacional e às iniciativas para o empoderamento das mulheres.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no
Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
da Capital
Assessoria em Serviço Social

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Projeto “Homens que agradam não Agridem”. Cuiabá: MPE/MT, 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres. Brasília: SPM, 2011.



7- ANEXOS

7.1- Exemplo de Relatório Técnico por atividades

ATIVIDADE PROJETO Nº 23/2017

Local	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso Auditório da Infraero – Aeroporto Várzea Grande Referência: Tenente Borges Telefone: 999811-8791
Objetivo Geral	O projeto visa sensibilizar os homens no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher.
Público alvo	Homens
Número de Participantes	60 homens
Metodologia	<u>Roda de conversa:</u> 1- Apresentação do projeto e da equipe; 2- Dinâmica em que os participantes foram divididos em grupo e entregues frases de pensadores a respeito das mulheres; 3- A partir das frases abrimos para debate sobre a temática. 4- Dados estatísticos da violência contra a mulher e vídeo “Hoje recebi flores” e discutimos o ciclo da violência e a permanência da mulher neste relacionamento; 5- Apresentação do vídeo “Lei Maria da Penha em Cordel”; 6- Entrega das cartilhas do projeto.
Duração	08:30 às 10:30 horas
Data	25/04/2017
Material	Datashow, notebook, audiovisual, Cartilha do Projeto.



7.2- Exemplo de matéria para divulgação no site

PROJETO HOMENS QUE AGRADAM NÃO AGRIDEM É DESENVOLVIDO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVAG



No dia 04 de dezembro, no Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, localizado na Cidade de Várzea Grande/MT, foi desenvolvido o Projeto “Homens que Agradam Não Agridem”, o qual contou com a presença de duas turmas com aproximadamente 150 pessoas.

Na presença dos colaboradores daquela instituição, o projeto foi desenvolvido por meio de palestras e debates apresentados e coordenados por Christina Mendonça (psicóloga), Renata de Paula Teixeira (assistente social) e a Assistente Maite Fernandes Ribeiro e contou ainda, com o apoio técnico do Servidor Lucas Herrero Araújo

Fernandes.



Foi desenvolvido debates acerca dos vários tipos de violência contra a mulher, que pode ser física (qualquer ato contra a integridade física ou saúde corporal da vítima), psicológica (qualquer ato que cause prejuízo psicológico, dano emocional e controle de comportamento da mulher), sexual (forçar a mulher presenciar, manter ou participar de relação sexual indesejada. Impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçá-la a gravidez, aborto ou prostituição), patrimonial (destruição de bens, documentos pessoais e instrumentos de trabalho) e moral (calúnia, injúria e difamação).

Ademais, foram discutidos os motivos que fazem com que uma mulher vítima continue em um relacionamento marcado por violência, bem como discorreu-se acerca do ciclo de violência doméstica e familiar.

A Coordenadora de Recursos Humanos **Ana Carolina Amorim Soares de Moraes**, ao final do desenvolvimento do projeto, declarou que o motivo de ter convidado o projeto foi “*Por acreditar que é muito importante a veiculação do tema na comunidade de colaboradores da Instituição, bem como a sensibilização quanto aos canais de atendimento disponíveis por intermédio do Ministério Público. A palestra foi riquíssima em conteúdo de dinâmica de conscientização acerca do tema*”.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no
Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
da Capital
Assessoria em Serviço Social

O Secretário **Cledivan L. Ferreira**, também expressou seus comentários acerca da palestra: *“Muito bom, a sociedade precisa mesmo desse tipo de palestra e agradeço muito por estar aqui nesse momento, por que eu já vivenciei meu pai agredindo fisicamente a minha mãe e não entendia o motivo pelo qual ela ficava. E hoje consegui compreender a situação e os motivos. Agradecido!”*.